



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639055 - SP (2021/0004364-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RODRIGO TADEU BEDONI - SP221769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SERGIO SIQUEIRA COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SERGIO SIQUEIRA COSTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal n. 2272488-37.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado como incurso no artigo 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, à pena de dois anos e seis meses de reclusão, em regime inicial semiaberto.

A impetrante sustenta que, "a despeito da fixação do regime inicial semiaberto, tem direito à imposição de regime inicial aberto, bem como substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, razões pelas quais se entende que está sofrendo coação ilegal em sua liberdade de locomoção" (fl. 3).

Alega que a "sentença condenatória, em que pese tenha reconhecido a primariedade e fixado a pena base no mínimo legal, impôs regime inicial diverso do aberto, trazendo como único (e inidôneo) fundamento na quantidade e natureza da droga e gravidade abstrata do delito, ferindo, nesse teor, entendimento pacífico dos Tribunais Superiores" (fl. 4).

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para "fixação de regime aberto, bem como seja substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos" e, no mérito, pugna pela confirmação da liminar (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto, assim consignou o tribunal de origem (fl. 207):

Com efeito, a quantidade, a diversidade e a natureza das drogas (anote-se o elevado potencial lesivo da cocaína e do “crack” para a saúde pública) constituem dados empíricos a incrementar o grau de reprovabilidade da conduta. Fatores a justificar, em linha de princípio, o regime inicial semiaberto para a pena privativa de liberdade, bem como a não substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito (artigo 44, III, do Código Penal). O benefício não representa uma resposta penal adequada em razão da gravidade em concreto da conduta (quantidade, diversidade e natureza das drogas).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente